



## Comarca de Formosa

## 2ª Vara Cível, Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental

Processo n.º 5361625-78.2021.8.09.0044

DECISÃO

Trata-se de **Pedido de Antecipação de Tutela de Obrigação de Fazer** ajuizada pelo **Fundo Municipal de Saúde do Município de Formosa/GO** em desfavor de **SEANEF – Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica de Formosa LTDA - EPP**, ambos devidamente qualificados, em que busca a parte autora o deferimento do pedido de tutela cautelar antecedente para determinar que a empresa requerida promova todos os atos necessários para que as sessões de hemodiálise realizadas aos pacientes que dela necessitam sejam imediatamente restabelecidas, sob pena de multa diária de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Alega a parte autora, em síntese, ter realizado credenciamento com a empresa requerida no dia 16/04/2019, através do Contrato n.º 685/2019 – CLP, a fim de que promovesse a prestação complementar de serviço público de saúde em terapia renal substitutiva, incluindo exames laboratoriais e demais procedimentos relacionados, com vigência de 12 meses prorrogáveis.

Informa que, durante a validade do contrato, foi prorrogado por meio de dois termos aditivos, o primeiro firmado aos 01/04/2020 com duração de 17/04/2020 a 16/04/2021 e o segundo foi firmado aos 04/03/2021, com duração de 17/04/2021 a 17/08/2021, sendo empenhado o valor de R\$ 12.906.630,78 (doze milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e trinta reais e setenta e oito centavos), conforme extratos de empenho do Fundo Municipal de Saúde entre 01/01/2019 a 15/07/2021.

Aduz que, sob alegação de ausência de pagamentos e situação delicada, a requerida notificou a Secretaria Municipal de Saúde no dia 14/07/2021, quando discorreu sobre possível suspensão da continuidade da prestação do serviço público de saúde em terapia renal substitutiva, sendo que foi fornecida à Sra. *Tatiana Hennemann Pintom*, gerente administrativa da unidade, o relatório de pagamentos já efetuados. O último pagamento realizado em favor da requerida ocorreu aos 23/06/2021 no valor de R\$ 157.463,83 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos). Contudo, apesar dos esforços, a requerida procedeu unilateralmente com a interrupção do serviço que é prestado no período matutino do dia de hoje (16/07/2021). A administradora, através de intervenção política dos vereadores, afirmou que retornaria o atendimento, mas o paralisará novamente na segunda-feira, dia 19/07/2021.

Valor: R\$ 1.100,00 | Classificador:  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Antecipada Antecedente  
FORMOSA - VARA DAS FAZENDAS PÚBLICAS  
Usuário: NATALIA SANTANA - Data: 16/07/2021 19:30:57



Requer em sede de antecipação dos efeitos da tutela, o deferimento do pedido de tutela antecedente para determinar que a empresa requerida promova todos os atos necessários para que as sessões de hemodiálise realizadas aos pacientes que dela necessitam sejam imediatamente restabelecidas, sob pena de multa diária de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Com a inicial vieram os documentos de evento 1.

Vieram os autos conclusos.

**Em síntese, é o relatório. Fundamento e decido.**

### **I)- REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL**

Inicialmente, constato que a inicial e os documentos acostados até o momento indicam o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC, sendo possível à parte requerida o regular exercício do direito de defesa e contraditório.

### **II)- TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR**

Como se sabe, a tutela antecipada permite à parte obter, de início, os efeitos do provimento final pretendido, em observância ao princípio da efetividade, em detrimento aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Com efeito, o art. 300 do CPC exige a presença da probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e do risco de dano (*periculum in mora*), e desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (§ 2º).

O dispositivo citado estabelece, então, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

*In casu*, vejo que busca a parte autora tutela antecipada antecedente baseada na urgência. Para tanto, pugna para que seja determinado que a empresa requerida promova todos os atos necessários para que as sessões de hemodiálise realizadas aos pacientes que dela necessitam sejam imediatamente restabelecidas, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

O primeiro requisito necessário para o deferimento do pedido de tutela é a demonstração do *fumus boni iuris*, ou seja, a probabilidade do direito.

No caso em tela, observa-se da documentação juntada nos autos que o Município de Formosa, por meio de contratação por credenciamento, firmou no ano de 2019, contrato com a empresa requerida pelo prazo de 12 meses, prorrogáveis para a execução dos serviços de terapia renal substitutiva, incluindo exames laboratoriais e demais procedimentos relacionados, conforme documento de Evento 1 – Seq. 2 (fls. 11/13 do PDF). No ano de 2020 foi firmado um termo de aditivo contratual com a prorrogação do prazo do contrato inicial de 17/04/2020 até 16/04/2021 e, por fim, no corrente ano firmou-se um outro aditivo contratual com vigência de 17/04/2021 até 17/08/2021, com valor de execução de R\$ 1.138.784,62 (um milhão, cento e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), segundo documento

juntado no Evento 1 – Seq. 12 (fls. 155/156 do PDF).

Ademais, o Fundo Municipal de Saúde de Formosa emitiu nota de empenho em favor da empresa requerida no valor de R\$ 1.138.784,62 (um milhão, cento e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) para custear o segundo aditivo contratual realizado, referente ao período de 17/04/2021 até 17/08/2021, conforme documento de Evento 1 – Seq. 10 (fls. 152 do PDF). Além disso, destaco a planilha de pagamento juntada na Sequência 11 do processo, que confirma o pagamento no valor de R\$ 157.463,83 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos) no dia 23/06/2021.

Portanto, pela ordem cronológica dos documentos apresentados, verifica-se que a Municipalidade, através do Fundo Municipal de Saúde, tem repassado os valores acertados para a requerida, o que afasta preliminarmente a alegação de que os repasses não estão sendo realizados. Essa observação fundamenta a existência da probabilidade do direito, pois demonstra, por análise prévia documental, que os pagamentos realizados para cumprimento do segundo aditivo está sendo realizado.

A existência do *periculum in mora*, ou seja, o perigo ou risco ao resultado útil do processo é evidenciado pelo perecimento do direito à saúde dos diversos usuários que dependem dos serviços prestados pela empresa requerida. É de conhecimento social que o Município de Formosa conta com apenas esta empresa que presta os serviços de assistência terapêutica renal substitutiva em parceria com o Poder Público. Dessa forma, a paralisação deste serviço clínico acarretará consequências inimagináveis para os usuários, não sendo possível descartar que, ante a falta do serviço, paciente venham a óbito. O direito à saúde dessas pessoas deve superar alegações de descumprimento contratual.

Além disso, mister destacar que o serviço de hemodiálise é essencial e vital para os pacientes renais, não cabendo serem paralisados ou suspensos, devendo-se garantir a continuidade deste serviço essencial, até ulterior determinação.

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de tutela de urgência antecipada antecedente, nos termos do art. 303, do CPC para **DETERMINAR** à empresa requerida, SEANEF – Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica de Formosa LTDA - EPP, que **promova todos os atos necessários para que as sessões de hemodiálise realizadas aos pacientes que dela necessitam sejam imediatamente restabelecidas até o deslinde da ação**, sob pena de multa diária no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), limitada a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser revertida em favor do Fundo Municipal de Saúde.

**Notifique-se** a parte requerida, pessoalmente, através de mandado. **Autorizo** o(a) Oficial(a) de Justiça a valer-se das prerrogativas do art. 212, do CPC, em especial do § 2º.

**Intime-se** a parte autora, através de sua procuradora, via PJD para, no prazo de 30 (trinta) dias, aditar a petição inicial para atender à determinação contida no art. 303, § 1º, inciso I, do CPC.

**Não apresentado o aditamento, voltem-me conclusos para sentença.**

**Apresentado o aditamento, INCLUA-SE** o feito em pauta de audiência de conciliação a ser realizada pelo **CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC**, no Fórum desta Comarca de Formosa/GO, Whatsapp (61) 36428394, conforme Resolução nº 49/2016 da Corte Especial do TJGO, certificando nos autos a data e horário da audiência e intimando-se a parte autora na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).



Cite-se e intime-se a parte requerida, **através de mandado**, para comparecer à audiência de **conciliação designada de forma VIRTUAL (CPC, art. 334, parte final), ADVERTINDO-A de que deverá fornecer diretamente ao CEJUSC, via Whatsapp (61) 36428394 ou junto aos autos do processo por meio de seu advogado, os dados de e-mail e telefone para a realização do ato e de que, se não houver autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias úteis (arts. 335, do CPC) e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação (art. 335, inciso I, do CPC).**

INTIME-SE a parte autora, acerca da necessidade de providenciar o recolhimento dos honorários devidos ao Conciliador/mediador, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da audiência de conciliação, mediante depósito em conta bancária e em valor previamente estabelecido, nos termos da Resolução no 80/2017 da Corte Especial do TJGO. Consigno, por oportuno e para facilitar a adoção da providência quanto aos dados bancário do conciliador/mediador, que a parte autora pode esclarecer qualquer dúvida diretamente no CEJUSC pelo Whatsapp informado ((61) 36428394).

Nos termos do art. 334, § 4º, inciso I do CPC, a audiência somente não se realizará se houver pedido **expresso de TODAS as partes** (todos ou autores e requeridos) no sentido do desinteresse em sua realização, apresentado nos moldes estabelecidos pelo art. 335 §5º do CPC (para o autor, na petição inicial, e para o réu, até 10 dias antes da audiência), oportunidade em que, se houver aludido pedido de **todas** as partes, desde já resta deferido o cancelamento da audiência, **sem necessidade de nova conclusão**, caso em que o prazo para contestar fluirá **automaticamente** nos termos do art. 335, II (do protocolo do pedido de cancelamento pelo réu) e III (situações elencadas no art. 231) do CPC, **sem que haja nova intimação** para resposta, atentando-se que, no caso de mais de um réu, o prazo para contestar fluirá nos termos do art. 231 §1º do CPC, observado, em qualquer caso, o art. 183 CPC.

Lado outro, o interesse, expresso ou tácito, no sentido da realização da audiência por quaisquer das partes resultará na realização obrigatória da audiência de conciliação para todos, sendo considerado interesse tácito a simples ausência de pedido expresso de desinteresse em sua realização; caso em que os eventuais pedidos de cancelamento da audiência, com base na alegação de ausência de interesse em sua realização, restarão já de plano indeferidos, **sem necessidade de nova conclusão**.

Nas situações em que a autocomposição for inviável (art. 334, § 4º, inciso II, CPC), cabe à parte a demonstração cabal de que todos os pedidos se mostrem impassíveis de autocomposição, certo de que a possibilidade de autocomposição de um único pedido já autoriza e justifica a realização da audiência, uma vez que deve ser privilegiada a possibilidade de solução consensual, diretriz traçada pelo novo CPC, ressaltando-se que a simples fato de estar a fazenda pública no polo passivo não induz presunção de inviabilidade de autocomposição.

Ficam as partes cientes e **ADVERTIDAS** de que o comparecimento acompanhado de advogados é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Não obtida a conciliação e havendo contestação, **intime-se a parte autora** para, querendo, apresentar réplica (art. 350 e 351, do CPC) no prazo de 30 dias úteis, oportunidade em que deverá contestar eventual reconvenção, sob pena de preclusão.

Apresentada a réplica ou decorrido o prazo para tanto, voltem-me conclusos.



**Atente-se** a Escrivania quanto à necessidade de intimação das partes com **vinte dias (20) de antecedência**, haja vista a previsão no art. 334 do CPC.

Intimem-se. Cumpra-se.

Formosa, 16 de julho de 2021.

**Christiana Aparecida Nasser Saad**

**Juíza de Direito Respondente - Decreto n.º 1.469/2021**

**Assinado eletronicamente**

Valor: R\$ 1.100,00 | Classificador:  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Antecipada Antecedente  
FORMOSA - VARA DAS FAZENDAS PÚBLICAS  
Usuário: NATÁLIA SANTANA - Data: 16/07/2021 19:30:57